

Advogado considera conversão difícil

A regulamentação da conversão de dívida externa em capital de risco traz progressos em relação ao projeto original, mas também acrescenta novos problemas que dificultarão de imediato o andamento das operações. O governo reconheceu as críticas que vinham sendo feitas e promoveu as alterações necessárias, embora parcialmente. A opinião é do advogado Durval Noronha Goyos Jr., especialista em legislação sobre capital estrangeiro, que elogiou a eliminação da possibilidade de o Banco Central alterar administrativamente a remessa de lucros obtidos com a conversão para o Exterior. Noronha também considerou positiva a maior liberdade de aplicação de recursos, pois no texto anterior cabia ao BC autorizar a conversão em setores econômicos não contemplados por capitais nacionais.

Um aspecto que o advogado considerou essencial foi a desvinculação da conversão da obrigatoriedade de os credores aceitarem bônus, que dependeriam do andamento da renegociação da dívida externa e eram, na prática, desconhecidos até agora.

Dentre os pontos negativos, Noronha ressaltou a apropriação do desconto nos leilões, pois essa medi-

da desencorajará os investidores do mercado secundário que poderiam adquirir títulos de dívida do Brasil. A existência de leilões de dívida dirigidos especificamente para a região Nordeste não é recomendável, assim como a proibição de aquisição do controle de empresas nacionais através da conversão. "Poderiam ser realizadas joint ventures estimulando investimentos externos no País", ressaltou Noronha, acrescentando que os recursos para essa finalidade poderiam ser, por exemplo, depositados no BC, facilitando o controle por parte do governo.

Um problema novo foi criado pelo governo, ao aceitar que os antigos pedidos de conversão (até julho do ano passado) sejam tratados com base na regulamentação existente até essa época. Na prática, passam a coexistir duas modalidades de conversão e, na opinião do advogado, dificilmente será realizada alguma operação com base no novo sistema nos próximos seis meses. "O mercado tende a ficar bastante confuso por causa disso, o que favorecerá a continuação em grande escala da conversão informal de dívida." Pelos cálculos de Noronha, nos últimos três meses mais de meio bilhão de dólares foram convertidos "informalmente".



Goyos: problema é apropriação do desconto nos leilões